

# As Forças Armadas na Formação e Defesa da Nacionalidade (\*)

Coronel Souza Docca

Entre os principais elementos formadores de nossa nacionalidade se destacam as forças armadas, pela sua atuação constante e eficaz, desde os primeiros dias, em 1500, até o presente: guardando e defendendo a terra descoberta; criando o espírito de solidariedade; despertando o sentimento nativista, que em seguida se faz patriotismo; contribuindo para a formação da alma nacional e, finalmente, como árbitro dos destinos do país, em suas crises mais agudas.

## Guardando a terra

O alicerce da nacionalidade — o território, que pela sua unidade geográfica, havia de ser um dos fatores da unidade brasileira — vasto e afastado da Europa, chamou logo a atenção de inúmeros aventureiros que cruzavam os mares em busca de riquezas.

Necessário era, pois, guardar a terra descoberta e sua defesa foi entregue às forças armadas, que tiveram como núcleo os 600 homens de tropa, desembarcados na Baía em 1549.

Alguem, ha pouco, exaltando o papel da benemérita Companhia de Jesus na formação da nacionalidade brasileira e na manutenção de nossa unidade política, acentuou que na frota de Cabral vinha sómente a cruz, sem a espada.

Assim foi, e, precisamente por isso, a terra ficou desamparada, sem defesa, sem dono de fato e perder-se-ia, sem a menor dúvida, para os descobridores, se a espada não tivesse vindo guardá-la visto que a sua defesa não podia e não pôde ser feita com devaneios líricos, nem com embebecimentos místicos.

---

(\*) Palestra realizada na Diretoria de Fundos do Exército, como contribuição às Comemorações do Cincoentenário da República.

Para o desempenho daquêla árdua e grandiosa missão, o primeiro e grande Governador Geral — o ilustre Tomé de Souza — fez obrigatório o serviço militar.

Era o meio mais eficiente de assegurar a defesa das Capitânicas e de manter o monopólio comercial, que era um dos principais objetivos da metrópole.

Foram essas forças que, no govêrno de Mem de Sá, evitaram a primeira tentativa de fraccionamento de nosso território, expulsando os francêses calvinistas que, com Nicolau Durand de Ville-gaignon à frente, pretenderam fundar aqui a *França Antartica*.

Nas instruções de 1548 que são, como observou Genserico de Vasconcellos, “a primeira lei orgânica da fôrça armada do Brasil”, não estava expressa a obrigatoriedade do serviço militar mas, a visão de administrador e de soldado de Tomé de Souza, a estabeleceu.

Essa obrigação, como necessidade vital para a defesa da terra, havia de vir mais tarde, com as Instruções de 1570, que instituíram as

### Milícias

constituídas por brasileiros e que tão importante papel tiveram na formação da nacionalidade: auxiliando, com patriotismo e denodo, a defesa da terra, da sociedade nascente e de seus direitos; facilitando, no conceito do percuciente Martius, “a extensão do domínio portugêus; favorecendo o desenvolvimento das instituições municipais livres”; repelindo os invasores.

### Consciência de brasilidade

Daquêle acervo de notáveis serviços à comunhão, a florou a personalidade do brasileiro que, a seguir, havia de se pronunciar, com mais vigôr, até se firmar definitivamente, através de seu espírito militar, forte e bem orientado.

Nova tentativa dos francêses, querendo agora, no fim de nosso primeiro século, fundar em terras brasílicas a *França Equinocial* — é repelida, com galhardia e de modo absoluto pelo pernambucano Jeronimo de Albuquerque, em 1614, à frente de 500 homens, que era em quasi sua totalidade milicianos brasileiros.

O libertador do Maranhão avulta e predomina em nossa história pelos seus feitos e pela sua progenie ilustre.

Esses primeiros triunfos na defesa da Colonia, foram as primeiras estacas em que se alicerçaria o monumento grandioso da nacionalidade, erguido com o suor proficuo e o sangue fecundador dos patriotas sob as armas.

“A defesa da terra contra os francêses”, observa M. Bomfim, “é importante e expressiva na caracterização do Brasil. Foi uma luta que acompanhou toda a iniciação da nova pátria, e si, nos primeiros tempos, éla se faz no valôr do colono, desde logo surge, entre os defensores, a energia patritotica dos crioulos brasileiros, e que é o mesmo valôr dos colonos, renovado em tons de mocidade. Então, à medida que os novos animos se afirmam, transfere-se a defesa da terra para os seus, e nos últimos feitos decisivos, já são nomes brasileiros, os dos capitães vitoriosos”.

São êsses capitães que fazem nascer e firmam o nosso espirito militar, retemperado no ardor das lutas e que passou a ser uma das colunas mestras da nacionalidade.

A luta contra os holandêses deu grande relêvo ao nosso nacionalismo, pela vitoria das armas brasílicas.

Sim das armas brasílicas, visto que foram os brasileiros, abandonados pela métropole e contra as intenções manifestas desta, que expulsaram os bátavos, para nosso bem.

Seja-me permitida esta expressão *para nosso bem*, porque, com éla, quero acentuar o quanto devemos, nós brasileiros, ao nobre e heroico povo portugûês, tão ingratamente tratado pelos partidários da colonização holandêsa.

Sómente o portugûês, pelo seu nacionalismo bem acentuado, pela ausência, em sua mentalidade, de preconceitos raciais; pela sua notável capacidade de resistência e de adaptação: era capaz de formar, com formou, uma nação sob o equador.

Aos que embevecidamente sonham com as magnificências da colonização holandêsa, chamamos a atenção para êstes conceitos valiosos de eminente escritor batávio, em palestra com o ilustre homem de letras brasileiro José Verissimo: “Se nós (os holandêses) houvessemos dominado o Brasil, expulsando dêle os portugûeses, os senhores não existiriam... E’ que nós não pode-

riamos viver e prosperar no Brasil. Não suportaríamos o clima, degeneraríamos à segunda ou terceira geração”.

A vitória do esforço brasileiro contra o holandês invasor, em face do abandono da mãe pátria, nos foi propícia, visto que deu aos nossos maiores consciência de nacionalidade.

Quando, pela degradação da metrópole, se intibiava o ânimo combativo dos lusitanos, o espírito militar dos brasileiros se manifestava em alto gráo, na defesa contra a invasão da poderosa Holanda.

Quando a Espanha atacou Portugal na América, no último quartel do século XVIII, em que eramos ainda colonia, nenhum socorro podia dar-nos a metrópole.

A êsse respeito disse Martinho de Melo e Castro na *Instrução Militar*, expedida de Salvaterra de Magos, aos 14 de janeiro de 1775, ao governador e capitão general de São Paulo, “que nenhuma potência do universo, por mais formidável que seja, pôde nem intentou até agora defender as suas colônias com as únicas forças do seu próprio continente e que o único meio, que até agora se tem descoberto e praticado para ocorrer à sobredita impossibilidade, foi o de fazer servir às mesmas colônias para a própria e natural defesa délas” e acrescentou: “E na inteligência deste inalterável princípio, as principais forças que hão de defender o Brasil são as do mesmo Brasil”.

Assim realmente aconteceu.

No ano seguinte ao dessa *Instrução*, no Rio Grande do Sul, como ha cerca de um século antes em Pernambuco, os invasores eram expulsos, pelo triunfo das armas brasileiras, assegurando, desse modo, a integridade do territorio e dando mais vigôr e predomínio à consciência de nacionalidade, cuja vitoria definitiva com a independência, a transplantação da côrte portugêsa, em 1808, havia de retardar.

### **O inimigo externo como fator da nacionalidade**

Pontificou Spencer que a defesa contra o inimigo externo é um dos maiores agentes da sociabilidade.

Na formação da sociedade brasileira, que é um dos grandes elementos formadores de nossa nacionalidade, aquela acêrto se verifica no decurso de dois séculos de defesa contra o inimigo externo.

Da vida em comum, sob as armas, para essa defesa, nasceu o nosso espírito militar, sem as características de militarismo e com todas as virtudes associativas dêsse espírito, que é gerador, em alto gráo, da solidariedade social, da estima da confiança, e da admiração entre os homens.

M. Bomfim observa que aquélla defesa "se prolonga na descendência, gerações e gerações" e acentúa que "um Albuquerque elimina os francêses do Maranhão, outro toma aos inglêses o célebre forte de Camamú, e um neto deste bate o comandante francês, governador da respectiva Guiana".

Assim tambem foi em nosso extremo meridional: três Marques de Souza pai, filho e neto — enchem de feitos heroicos, na defesa do Brasil, desde a Colônia até o Império, num decurso de 150 anos ininterruptos, as páginas de nossa história.

E a família Mena Barreto dá à Pátria cerca de vinte gerações de ramo direto, no decorrer de dois séculos a fio.

Os Lima e Silva e os Oliveira Belo, ramos de onde proveio o grande Caxias, são outro notável exemplo de grandes famílias brasileiras com grandes militares.

A mesma aptidão guerreira, a mesma necessidade de defesa, que criaram no Norte em "cada Engenho uma *Casa Forte*", foram as que fizeram de cada estância sulriograndense um Regimento de milicianos, sempre acampado para a defesa de nossa nacionalidade, sob a bandeira do Brasil.

### Espírito de solidariedade

Foi a defesa contra a agressão externa que criou entre os nossos maiores o espírito de solidariedade e que os fez sentir e amar a Pátria.

Era êsse espírito que Martinho Melo recomendava na *Instrução Militar* de 1775, nestes termos: "Tanta obrigação tem o Governador de uma Capitania de defendê-la, como de mandar as forças dêla ao socorro de qualquer outra, que precisar de seu auxílio; sendo certo que nesta recíproca união consiste essencialmente a maior força de um Estado".

Assim foi. O espírito de solidariedade entre os brasileiros, manifestado inúmeras vezes, deu força a um Estado, criou a consciência nacional desse Estado e fez a sua independência a 7 de setembro de 1822.

A defesa da terra mobilizou todos os homens, os submeteu ao regime militar, fê-los cruzar o território em todas as direções e, assim, dilatou-lhes os horizontes; deu-lhes uma visão panorâmica do Brasil; despertou-lhes, intenso, o amor da Pátria; incutiulhes noção clara dos interesses comuns e do imperativo da solidariedade social; deu-lhes a conhecer as vantagens do poder público e criou entre êles, do ponto de vista nacional, a unidade de pensamento.

**A unidade brasileira não é, como em geral  
se apregôa — um milagre**

Não ha milagres na vida dos povos e, sim, fatores reais, positivos, que influem em sua evolução, que orientam a sua marcha e ditam-lhe o destino.

Somos novos na América como povo, mas como nação, somos, com o predomínio dos elementos estáticos do meio ambiente e das imposições nativistas e patrióticas, o desdobramento da nação lusitana, através de sua índole, de seus usos e costumes, de seu culto, de sua lingua.

Esses elementos profundamente unificadores e que são as bases sólidas das nacionalidades, encontraram no Brasil clima propício, favorecido pela unidade de território, pela comunhão dos interesses humanos, sob o amparo das forças armadas.

Foi com perfeito conhecimento e genial visão de tudo isso, que os estadistas brasileiros, autores de nossa unidade política, conseguiram anular os efeitos desagregadores que poderiam resultar da extensão territorial, da fraca densidade de população e dos meios escassos e difíceis de comunicações.

Compreenderam perfeitamente os nossos maiores que o Brasil, para realizar seus destinos, devia ter, como o homem, em seu plano de ação, a dupla necessidade psicológica de que nos fala Maine Biran: sentir a sua vida e sentir as suas relações.

Esta compreensão se corporificou de tal modo na consciência nacionalista do exército, representado pelos seus expoentes, que nos livrou da desagregação fatal prevista por Saint Hilaire.

Este eminente sábio e notável observador da alma brasileira, ponderou e sentenciou: "Os brasileiros tomados em massa, são certamente superiores aos americanos espanhois; todavia

não existe entre êles um verdadeiro patriotismo; não os creio capazes de arroubos de desprendimento. Em uma insurreição ver-se-ão chefes ambiciosos formarem partidos, arrebanhando essa multidão de preguiçosos e desprotegidos da fortuna que populam no Brasil. Essas tropas e seus chefes serão na verdade superiores em inteligência à de Artigas, mas não farão mal menor e o Brasil cairá numa anarquia semelhante à que assola as colônias espanholas”.

Não têm faltado “chefes ambiciosos”, mas, o exército brasileiro, na sua missão de guarda da nacionalidade, os subjogou sempre ou impediu a ação nefasta desses chefes, livrando-nos, desse modo, da anarquia vaticinada por Saint Hilaire, que teve a intuição do mal, mas não viu o remédio heroico e salvador.

### Arbitro dos destinos do país

O exército brasileiro no decorrer das duas primeiras décadas do século XIX, com a organização por que passára com a vinda da côrte portuguesa e com as vitórias obtidas nas campanhas platinas, tomou notável impulso e renome e, assim, se fez um centro de irradiação de patriotismo e passou a ser o árbitro dos destinos do país.

Em todas as crises agudas da nacionalidade, desde então, o exército tem sido, com sua força ao serviço de seu patriotismo construtor, uma das colunas mais vigorosas da unidade nacional.

Quando os choques entre duas nacionalidades — a portuguesa e a brasileira — chegaram, de atrito em atrito, a um estado de explosão violenta, o exército cortou o nó górdio, decidindo, na celebre reunião de 26 de fevereiro de 1821, a saída de D. João VI do Brasil, em retorno para Portugal.

O brado de independência, a 7 de setembro de 1822, encontrou as forças armadas em atitude decisiva pela emancipação proclamada e a garantiu e a consolidou.

O exército impoz, a 7 de abril de 1931, a abdicação de D. Pedro I.

Foi a vontade, altiva e potente da nacionalidade, que nesse dia se manifestou no gesto imperativo das forças armadas do Brasil.

“A intervenção militar na revolução era sumamente injusta, porquanto o melhor amigo do exército era o Imperador”, escreveu Joaquim Nabuco, influenciado, talvez, pelo juízo de John Armitage ao asseverar que o “mesmo exército que D. Pedro havia organizado com tanto sacrifício, estava destinado a traí-lo”.

Ha injustiça no conceito de nosso grande Nabuco e estreiteza de visão do momento histórico, na apreciação do escritor britânico.

O exército brasileiro não era criatura de D. Pedro I. Era uma instituição nacional. Os sacrifícios para sua organização não foram pessoais do monarca, mas da coletividade brasileira e, por isso, a sua função não era a dos Pretorianos, adestritos à defesa dos Imperadores; nem a da Guarda Turca, dos Califas de Bagdá; nem nos Janisaros, dos sultões de Constantinopla; era, como ainda é, muito mais elevada: a de guarda e defensor da Pátria e esta êle sempre a colocou acima de todas as cousas, graças ao seu profundo espírito militar; era, como ainda é, de acerrimo defensor do princípio da autoridade, por saber que seu enfraquecimento é, como lucidamente observa Gustavo Le Bon, nas *Bases científicas de uma Filosofia da História*, uma das causas principais da decadência das civilizações e da derrocada dos povos, visto que, como acentúa o mesmo sociólogo e notável ensaista, os regimens políticos desaparecem mais vitimados pelas suas debilidades do que pelos excessos de absolutismo e exemplifica: “Luis XIV foi senhor, porque soube dominar a nobreza, o clero e os parlamentos; Luis XV e sôbre tudo Luis XVI, deixaram de ser senhores, porque foram dominados sucessivamente pelos poderes rivais que seus predecessores haviam sabido conter”.

O grande épico lusitano, que escreveu a epopéia maravilhosa — *Os Lusíadas*, que “é o primeiro poema regular na literatura da Renascença” — já havia sentenciado “fraco rei faz fraca gente”. E o nosso eminente general Corrêa da Câmara — o heroico vencedor de Aquidaban — nas vésperas da implantação da República em 1889 advertiu, da alta tribuna do senado brasileiro, que os govêrnos fracos fazem mal a qualquer país e fazem as revoluções.

A advertência era feita em face da atitude do govêrno monárquico alijatoria das simpatias do exército.

Mêses depois a monarquia ruiu.



Foi consciente de sua destinação e fiel ao seu dever de paladino indefectível da unidade nacional, que o exército brasileiro cooperou na preparação de nossa independência política, a sustentou em 1822 e, a seguir, visando a consolidação da nacionalidade e a manutenção da estrutura política que nos felicita, que é a base de nossa grandêsa e o fundamento de nossas mais altas e raiosas esperanças no porvir venturoso da Pátria, foi, pensando em tudo isso, que o exército brasileiro forçou a abdicação do primeiro imperador, em 1831; destronou o segundo, em 1889 e apoiou a quarta e grande Revolução Nacional que, a 10 de novembro de 1937, desviou o Brasil das encruzilhadas sinuosas dos extremismos que inquietam e deprimem os povos, para o conduzir unido, consciente, feliz e vitorioso, pela estrada normal, sem veredas, de seus grandes e naturais destinos, como Estado e como Nação.